



A dimensão política no estruturalismo cepalino: as contribuições de Celso Furtado e José Medina Echavarría

Gustavo Louis Henrique Pinto
Doutor em Ciência Política pela UFSCar
gulhpinto@gmail.com

Resumo: Concentrando o estudo sobre a produção de Celso Furtado e José Medina Echavarría, esta pesquisa almeja discutir comparativamente as propostas destes pensadores no que concerne à teoria do subdesenvolvimento (enquanto uma formação histórica e política particular) e ao projeto desenvolvimentista (promoção “conduzida” do desenvolvimento via planejamento). Desta forma, colocaremos em questão as teses e projetos destes dois pensadores quanto aos debates inseridos no campo da tradição cepalina, buscando analisar como autores com diferentes métodos (histórico-estrutural em Furtado e racionalidade weberiana em Echavarría) chegaram a uma mesma esfera de debate: a política, com o privilégio do tema da democracia. Nossa questão é tentar compreender as semelhanças e diferenças encontradas nas teses de Furtado e Echavarría no desvendamento da lógica do subdesenvolvimento e compreender como a partir de ângulos distintos a democracia tem peso fundamental na superação do subdesenvolvimento.

Palavras-chave: política de desenvolvimento; teoria do desenvolvimento; democracia

Resumen: Concentrando el estudio sobre la producción de Celso Furtado e José Medina Echavarría, esta investigación busca discutir comparativamente las propuestas de estos pensadores en el que toca la teoría del subdesarrollo (bajo una formación histórica y política particular) y al proyecto desarrollista (promoción “conduzida” del desarrollo via planeamiento). De esta forma, pondremos en cuestión las tesis y proyectos de estos dos pensadores en torno de los debates inseridos en el campo de la tradición cepalina, buscando analizar cómo autores con distintos métodos (histórico-estrutural en Furtado y racionalidad weberiana en Echavarría) llegaron a una misma esfera de debate: la política, con el privilegio del tema de la democracia. Nuestra cuestión es intentar comprender las semejanzas y distinciones en las tesis de Furtado y Echavarría en el descubrimiento de la lógica del subdesarrollo y comprender cómo a partir de ángulos distintos la democracia tube peso fundamental en la superación del subdesarrollo.

Palabras clave: política de desarrollo; teoría del desarrollo; democracia.

Os intelectuais cepalinos produziram uma teorização a respeito da periferia, sendo esta uma característica que marca o conjunto da “escola de pensamento” da CEPAL, e não é, evidentemente, uma particularidade dos nossos dois autores. Porém, identificamos a presença de uma teoria sistêmica somente em Furtado e Echavarría entre os autores da primeira geração da CEPAL. A delimitação desta noção de teoria sistêmica está em Mannheim, o que significa elaborar um sistema de conceitos que engloba diferentes esferas da cultura e das experiências históricas, abarcando os diversos campos do pensamento sobre a sociedade, concretizando assim a tarefa de realizar uma ciência social ligada à

configuração ampliada da sociedade, ou seja, realizar interpretações globais em profunda conexão com o momento epocal destes autores. Furtado e Echavarría são os únicos, da primeira geração cepalina, que elaboraram uma *interpretação global do subdesenvolvimento* na qual se combinavam elementos e determinações de ordem econômica, social, histórica, política na dupla dimensão interno-externo e associada ao complexo teórico da *formação*. Nestes autores a compreensão do subdesenvolvimento incorpora as assimetrias do comércio internacional (chave clássica da CEPAL e de seu manifesto de criação) com seu impacto, ramificação e origem no processo de implementação do colonialismo e seus efeitos na arquitetura social e política local que gerará, no longo prazo, as estruturas do subdesenvolvimento. Assim, Furtado e Echavarría tornam-se “intérpretes do subdesenvolvimento”.

Mannheim afirma em *Sociologia sistemática. Uma introdução ao estudo da sociologia* (1962) que para analisar os grupos sociais se deve compreender que estes fazem parte de uma sociedade dinâmica, cujos grupos são resultados de diferentes forças e processos sociais. Portanto, para analisar os grupos sociais há a necessidade de se identificar as relações entre as estruturas complexas da sociedade moderna e os processos sociais elementares que estes grupos foram submetidos. Em termos gerais, o objeto das ciências sociais é analisar a dinâmica social, buscando, então, a interação entre os processos históricos das sociedades e o como os diversos fatores sociais e as instituições reagem (frente a estes processos históricos), assim identificando a força propulsora das transformações das estruturas de determinada sociedade.

A afirmação da presença de uma “teoria sistêmica” se traduz, em termos da contribuição de Furtado e Echavarría às interpretações da teoria do desenvolvimento, na ampliação dos significados compreendidos na ideia de desenvolvimento. Estes dois autores, dentre a primeira geração de intelectuais cepalinos, realizaram as maiores contribuições (e talvez as únicas) “à transformação conceitual da ideia de desenvolvimento”. Passo seguro em Echavarría, que era intelectual das ciências sociais, e que adota uma crítica ao “economicismo” presente na teoria do desenvolvimento, fazendo a defesa da área da “sociologia do desenvolvimento”. Então o desenvolvimento deve ser compreendido em sua dimensão integral, na conjugação da economia com as relações sociais, culturais e políticas (passo de distinção de Furtado dentre os economistas, em que a interpretação econômica é superada por outras dimensões da realidade, especificamente a realidade social e o poder político, e o “processo global, estrutural e histórico” do desenvolvimento simboliza a dimensão ampliada da própria ideia de desenvolvimento). Verificamos tal posicionamento nas obras de Furtado e Echavarría, presente tanto nas interpretações históricas do subdesenvolvimento, principalmente na constituição do mundo rural, quanto

no *projeto* político presente nas reflexões sobre o *planejamento democrático*.

Furtado assim assinalou, em *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1986), os possíveis lugares na análise econômica, realizada por ele próprio e pelos estruturalistas cepalinos, dos parâmetros não-econômicos na teoria do desenvolvimento:

Com efeito, sem um conhecimento adequado da estrutura agrária não seria possível entender a rigidez da oferta de alimentos em certas economias; sem uma análise do sistema de decisões (cujo controle pode estar em mãos de grupos estrangeiros) não seria fácil entender a orientação das inovações técnicas; sem a identificação do dualismo estrutural não seria fácil explicar a tendência à concentração da renda etc. Como esses fatores “não-econômicos” – regime de propriedade da terra, controle das empresas por grupos estrangeiros, existência de uma parte da população “fora” da economia de mercado – integram a matriz estrutural do modelo com que trabalha o economista, aqueles que deram ênfase especial ao estudo de tais parâmetros foram chamados de “estruturalistas”. Em um certo sentido, o trabalho desses economistas aproxima-se do daqueles outros preocupados em dinamizar os modelos econômicos. Em um e outro casos, tem-se em vista transformar *constantes* em *variáveis*, o que permite alcançar um nível mais alto de generalidade no esforço de teorização. Considerado o problema sobre outro aspecto, os estruturalistas retomaram a tradição do pensamento marxista, na medida em que este último colocou em primeiro plano a análise das estruturas sociais como meio para compreender o comportamento das variáveis econômicas. (FURTADO, 1986, p. 72-73)

Os desequilíbrios internos e externos, o aumento populacional, o impacto da renda sobre o conjunto da população, são considerações fundamentais no modelo de Furtado, e que levam em conta as estruturas sociais da periferia. As teorias de fundação do estruturalismo cepalino foram postas a prova pela crítica dos próprios cepalinos, frente à outros campos do conhecimento do que somente o econômico, possibilitando identificar um deslocamento para novas temáticas sociais e políticas.

A fase de Furtado que compreende entre 1958 e 1964, que foi fase pós participação na CEPAL (participação que perdurou entre 1949 e 1958), está representada na trajetória de Furtado principalmente pelo projeto da SUDENE e as “reformas de base” no Plano Trienal, em 1963, como Ministro do Planejamento no governo de João Goulart (1961- 1964). Esse momento do “*projeto político*” de Furtado foi de aprofundamento de uma posição reformista, cujas estratégias de desenvolvimento (SUDENE e as “reformas de base”) estiveram fortemente vinculadas à interpretação do desenvolvimento em uma perspectiva “integral”. Os trabalhos de Furtado *A pré-revolução brasileira* (FURTADO, 1962a) e *Dialética do desenvolvimento* (FURTADO, 1964) apresentam esse argumento político a respeito do protagonismo da ação do Estado frente “às reformas de base” (como uma etapa para a modernização do Nordeste principalmente), e a consolidação da tese de Furtado referente aos

obstáculos político-econômico que a estrutura agrária conferia ao “desenvolvimentismo”, já que esta estrutura reproduzia o dualismo estrutural e impedia a mobilidade social dos estratos rurais.

As contravenções na formulação e implementação da SUDENE e a luta política de Furtado enquanto Superintendente desta instituição foram fatos fundamentais na formulação de uma “filosofia da ação”. *A pré-revolução brasileira* (FURTADO, 1962a) foi o esforço de Furtado para demonstrar que no considerado estágio de desenvolvimento brasileiro, a sociedade civil – quanto aos seus “tomadores de decisão” em prol do desenvolvimento –, tinha que assegurar o controle dos centros políticos de decisão, o que significava “(...) tomar consciência plena dos objetivos de nossa ação política em função do nosso próprio destino de povo e cultura” (FURTADO, 1962a, p. 19). A consciência em torno do desenvolvimento tinha que afastar a falsa alternativa entre a liberdade *versus* o desenvolvimento econômico rápido, já que a liberdade de uma minoria constituía para Furtado o sacrifício do bem-estar das “grandes maiorias”. O desenvolvimento material das forças produtivas não se trata de uma realidade por si só suficiente, pois no subdesenvolvimento este processo vem acompanhado por uma rigidez nas formas de organização político-sociais. A radicalização do pensamento reformista de Furtado estava presente na proposição de acelerar as transformações sociais e garantir uma sociedade aberta em pleno desenvolvimento e com enlace democrático (econômico, social, político, cultural), de maneira que afastasse uma possível saída revolucionária “marxista-leninista”. As rupturas revolucionárias dificultariam os objetivos sociais do desenvolvimento com planejamento democrático, e seriam atingidos por uma “ruptura cataclísmica”, ou através de processos de endurecimento político e contenção dos objetivos sociais através da força. A respeito das pressões sociais Furtado afirma:

O problema fundamental que se apresenta é, portanto, desenvolver técnicas que permitam alcançar rápidas transformações sociais com os padrões de convivência humana de uma sociedade aberta. Se não lograrmos esse objetivo, a alternativa não será o imobilismo, pois as pressões sociais abrirão caminho, escapando a toda possibilidade de previsão e controle (FURTADO, 1962a, p. 26).

Tratava-se de elaborar objetivos para o desenvolvimento conduzido com verdadeiro “critério social”. As pressões podiam desencadear “golpes preventivos” ou soluções de emergência (daí o título do livro, “a pré-revolução”), então a solução seria romper com o latente retrocesso do sistema político, e realizar a reforma agrária. *A pré-revolução brasileira* foi o primeiro texto de Furtado com uma defesa explícita da “reforma agrária”, pensada como parte de uma política que subordinasse a reforma ao desenvolvimento econômico e social. O sistema político torna-se o centro do diagnóstico de Furtado, e organiza-se na percepção de que uma política de desenvolvimento em um país subdesenvolvido é de

natureza sempre qualitativa.

A necessidade de “reformas de base” se expressava nos “desajustamentos estruturais” do plano político, e foi posicionada como uma espécie de tomada de consciência. Furtado assim afirmou sobre as “reformas de base”: “Trata-se, evidentemente, de reivindicações ou recomendações que traduzem uma tomada de consciência de problemas estruturais, portanto de natureza essencialmente qualitativa”. (FURTADO, 1962a, p. 39). O êxito logrado sobre “os fins” de uma política (econômica) do desenvolvimento dependiam do grau de racionalidade política e dos valores nos “meios” adotados. A SUDENE era a possibilidade de uma ação técnica com comando político, uma unidade entre a técnica e a dimensão social, já que o desenvolvimento significava, para Furtado, um esforço da “coletividade”. “A luta pelo desenvolvimento é também uma luta pela racionalidade na política, pois somente superando as mitologias ideológicas se pode evitar o domínio do povo por demagogos e aventureiros” (FURTADO, 1962a, p. 63). Esta “tomada de consciência” presente em 1962, constitui parte da “responsabilidade” sobre as forças históricas profundas das mudanças em processo na realidade, que poderiam entrar em choque caso a capacidade política (a “consciência”) para mudar não agisse sobre os problemas do subdesenvolvimento.

Se as funções do Estado não estão vinculadas aos objetivos de um desenvolvimento via planejamento, afirma Furtado (1962a, p. 73), o que somado ao “anacronismo” do aparelho de administração pública, apresenta um Estado que não reunia condições para se constituir em agente central de “luta pelo desenvolvimento”. É interessante o argumento apresentado por Furtado de que em sociedades de elevada diferenciação social como o Brasil, as relações sociais que são diretamente impactadas pela ação do Estado – como os elementos da “convivência social”, da distribuição de renda, de impacto fiscal – não podem estar subordinadas aos critérios do desenvolvimento econômico, mas sim do desenvolvimento social. Furtado afirma a este respeito:

Não se pode desconhecer que, em um país subdesenvolvido, os aspectos econômicos do desenvolvimento social assumem grande emergência. Não é possível educar os homens sem antes lhe matar a fome. Contudo, relegar a segundo plano outros aspectos do problema social seria comprometer o desenvolvimento subsequente da cultura que deverá moldar o homem do futuro (FURTADO, 1962a, p. 91).

Os objetivos de uma política econômica para o desenvolvimento sempre estiveram presentes no pensamento cepalino, porém o impacto da “mudança social” é mais do que uma incorporação de novos critérios, mas uma condição para o desenvolvimento. O campo de forças do “projeto

desenvolvimentista” se fortalece na ação política de resolução dos problemas sociais. O “planejamento democrático” assim se delineou, em que o aprofundamento da democracia somente era possível, para Furtado, com esforço da “coletividade”, que teria a capacidade de orientar políticas de desenvolvimento econômico com “mudanças sociais”.

Furtado aborda, principalmente nos textos até 1964, sobre o mecanismo da “tomada de consciência” por parte da *intelligentsia* em duas direções, que foram assinaladas em *A pré-revolução brasileira* (1962a): não resta outra saída senão “auto dirigir-nos” e há a necessidade de injetar elementos de racionalidade nos instrumentos e nos “juízos de valor” das políticas de desenvolvimento. Os temores expressos por Furtado, em 1962, conferem vitalidade ao título, *A pré-revolução brasileira*, cujo medo eram os conflitos sociais aprofundados paralelamente ao desenvolvimento industrial, desigualdades que poderiam instigar forças políticas e econômicas conservadoras em detrimento do processo de desenvolvimento econômico que vigorava com intensidade.

A pergunta estruturalista que persegue os projetos de desenvolvimento e as intervenções que visam algum tipo de aceleração econômica é sobre o “custo social” deste desenvolvimento e quais são os grupos privilegiados e os que sofrem os malogros de tal processo. Diante deste questionamento realizado por diversas vezes por Furtado, ele também se propõe a debater a partir da relação entre os “fins” e os “meios” de qualquer política econômica. Há uma comparação comum em grande parte da literatura do desenvolvimento, principalmente estadunidense, que reside na percepção do desenvolvimento do modelo soviético como um exemplo de desenvolvimento material em detrimento da liberdade. Furtado também debate as impossibilidades, como os autores citados, do marxismo-leninismo no projeto desenvolvimentista. À comparação se soma a principal defesa de Furtado, do “planejamento democrático” como forma “superior” de desenvolvimento, modelo somente possível se fruto da ação de uma verdadeira *intelligentsia*. Esboçamos a comparação com o modelo marxista-leninista e a defesa do planejamento democrático.

Vianna (2004) afirma a respeito do papel que a ideia e *intelligentsia* definida por Mannheim teve na consolidação das ciências sociais no Brasil, e que cabe ao problema aqui levantado:

A comunidade científica deve, então, intervir, e é dela que a sociedade deve esperar a “síntese total” que capta o sentido de seu movimento e a orientação *em geral* para o caminho que deve perseguir sob a iluminação do conhecimento produzido pela ciência social. A comunidade científica converte-se, pois, em uma *intelligentsia*, mas sem abdicar da construção de sua identidade específica e consequente institucionalização de

sua atividade (VIANNA, 2004, p. 208).

A perspectiva ampliada de desenvolvimento de Furtado, que não significa somente um desenvolvimento material, mas do próprio homem, se relacionam com a concepção de que os fins do desenvolvimento não podem ser uma justificativa para a aplicação de “meios” que signifiquem a restrição da liberdade. Os “meios” de qualquer política no subdesenvolvimento devem sempre vislumbrar como fim a eliminação do caráter anti- humano do desenvolvimento. Furtado relaciona os “meios” de uma política econômica com a consciência política sobre os *fins* por parte daqueles que realizam a ação.

A democracia se associa aqui a um ponto de vista humanístico do desenvolvimento, expresso na possibilidade de domínio das forças que impelem a sociedade em determinadas direções. A “luta” pelo desenvolvimento (o “domínio do mundo exterior”) tem como “fim” as potencialidades do próprio homem. A crítica de Furtado foi endereçada ao modelo soviético, como um modelo que pode restringir a liberdade, e à própria Revolução Cubana. Vianna (2004) analisa no que constituía esta “síntese” da sociedade, à qual essa *intelligentsia* teria a responsabilidade em realizar, bem como a capacidade, e que também foi assim apontado por Furtado. Vianna diz a respeito:

Mas a ideia de síntese que orienta essa *intelligentsia* não aponta para o universo das polarizações e das superações dialéticas. Sobretudo, o seu ponto de vista não é o de um ator revolucionário, mas o da Ciência Social, que, captando, por meio da intervenção de recursos científicos, o sentido do movimento da sociedade, generaliza seu conhecimento a todos os atores políticos e sociais, capacitando-os a uma compreensão de alcance bem maior do que a formulada por eles enquanto identidades parciais e fragmentárias (MANNHEIM, 1976). Essa *intelligentsia* não se move no terreno da revolução, e sim no da reforma, identificando-se tacitamente com o que se pode designar como processo transformista em chave positiva, no que, aliás, reitera o viés do ensaísmo das antigas elites intelectuais (VIANNA, 2004, p. 209).

O intelectual não estaria acima das classes sociais para Furtado, seguindo Mannheim, mas entre as classes. O significado da síntese explicativa da *intelligentsia* está na tradução dos complexos sociais, dos valores, e se trata de uma interpretação do mundo. O papel desta síntese? Associar o conhecimento racional – o entendimento dos complexos ideacionais – à responsabilidade sobre os processos políticos e sociais. Furtado (1972) afirmava a existência de uma ruptura entre um conhecimento científico e um conhecimento ideológico, e a técnica social que formulava o planejamento está unida ao conhecimento científico da realidade. Rezende (2004) argumenta que a própria relação entre o pensamento e a ação na forma das técnicas sociais, constitui uma posição ideológica de Furtado. Rezende (2004) também

esclarece que o elemento utópico era também ideologia em Mannheim, que as forças que impulsionam a sociedade adiante poderiam ser interceptadas por racionalidades que concebiam a mudança.

A introdução de Furtado em *A dialética do desenvolvimento* (1964, p. 9-10) é a expressão do papel que o autor atribui à *intelligentsia*, e podemos identificar as relações com os planos da racionalidade e as classes sociais. O argumento de Furtado sobre o intelectual contém (a). um afastamento dos grupos políticos que acenavam para os radicalismos da direita e da esquerda e (b.) uma defesa do intelectual e do plano de racionalidade “mais elevado”. O afastamento é resultado político da posição estratégica de Furtado a frente da SUDENE, de se desvincular tanto de uma direita latifundiária e oligarca quanto dos grupos da esquerda marxista. A defesa ideológica desta postura está na responsabilidade que Furtado atribuiu à inteligência, do dever do intelectual de pensar além das lealdades de grupo, de agir em um plano de racionalidade que possa antever os atos “irracionais”. A racionalidade está voltada para a ação do intelectual no terreno da política. Estes cientistas sociais que deveriam ser a “salvaguarda do interesse público” não estavam cumprindo seu devido papel. M. C. Lima (2008, p. 29) afirma sobre a influência de Mannheim em Furtado contida na ideia do afastamento necessário que o intelectual deveria ter dos partidos políticos, de modo a manter uma posição “flexível”, nos termos de Mannheim.

A amplitude dos campos de pesquisa para as áreas das ciências sociais, a sociologia e a política principalmente, com impacto na Teoria do Desenvolvimento da CEPAL, esteve ligada diretamente a ação programática de Echavarría como sociólogo. Furtado foi um intérprete do desenvolvimento que incorporou as ciências sociais desde o princípio, com referências a estes aspectos já presentes na sua tese de doutorado (2001 [1948]). Echavarría se diferencia de Furtado, pelo papel de consolidação da sociologia do desenvolvimento latino-americano. Echavarría foi incorporado à CEPAL em 1952, trabalhando inicialmente como corretor de edições. Entre 1955 e 1958, Echavarría apresenta quatro trabalhos fundamentais de análise sociológica do desenvolvimento onde, segundo Martín, “encontramos motivos empíricos más que suficientes para poder afirmar que estamos ante un momento de creación teórica y epistemológica” (MARTÍN, 2012, p. 502), e, portanto, se trata de um momento de fundação do campo sociológico ligado ao desenvolvimento. No trabalho “Las condiciones sociales del desarrollo económico” (ECHAVARRÍA, 1959c [1955]), apresentado no Sexto Período de Sesiones de la CEPAL, em Bogotá, Colômbia, o autor apresenta novas necessidades à investigação da teoria do desenvolvimento. A pesquisa social foi apresentada pela capacidade de oferecer novas possibilidades diante de problemas cujas análises econômicas não dariam conta, que extrapolam “las fronteras de la



preocupación habitual del economista y de sus instrumentos conceptuales”. Echavarría afirmou:

Cuando en nuestro razonamiento hipotético se ha llegado a la necesidad de investigar la conducta efectiva de los distintos grupos de hombres del determinado país, sujetos insustituibles de su actividad económica, se ha estado aludiendo a la presencia de motivaciones adversas ¿Qué motivos han tenido estos distintos hombres para no hacer lo que de ellos se esperaba? (...) Los motivos, las actividades y las creencias que mueven a los hombres no se dan en el vacío, sino como exigencias de definidos usos e instituciones. El análisis de los motivos lleva de modo necesario al análisis de una estructura social y ésta es ya una cuestión notoriamente próxima a las preocupaciones y formación corriente del economista (ECHAVARRÍA, 1959c, p. 35).

Echavarría qualificou então a natureza desta ciência social na investigação do desenvolvimento:

Ahora bien, entre los principios generales de la ciencia social contemporánea apenas nadie niega su reconocimiento a estos dos fundamentales: primero, que estructura social y carácter – como hoy se dice – se corresponden estrechamente, siendo el uno correlato del otro; segundo, que la estructura social es un complejo de instituciones que no puede alterarse sin modificaciones paralelas y más o menos profundas en todas ellas. Esto quiere decir que cuando el economista tropieza con manifestaciones de conducta que no corresponden a sus supuestos y exigencias, es que está ante un carácter – un sistemas de attitude y motivos – que fue moldeado por una estructura distinta de la que él pretende y necesita. Y que cuando, por la aspiración del desarrollo, trata de introducir en un país los instrumentos necesarios para su crecimiento económico, lo que hace es insertar factores de cambio en una institución que sólo pueden operar con éxito completo si los demás componentes de la estructura social se modifican en una dirección paralela (ECHAVARRÍA, 1959c, p. 35).

O autor demonstra que mudanças estruturais em sociedades pouco desenvolvidas somente se acompanhada de uma transformação da estrutura social e de suas instituições. Pensar o desenvolvimento, portanto, somente em conjunto com seus aspectos sociais. Os modelos e conceitos do universo econômico da teoria do desenvolvimento vão ao encontro das estruturas sociais. A identificação e conceituação das estruturas sociais compõem a identificação dos problemas ao crescimento e das políticas de desenvolvimento. No trabalho “El papel del sociólogo en las tareas del desarrollo económico”⁶ (1959b [1958], p. 19), Echavarría apresenta as possibilidades de ação da sociologia concreta sobre o desenvolvimento: a sociologia poderia trabalhar para a construção de modelos, como os economistas, ou examinar as consequências sociais dos distintos ritmos de desenvolvimento. O autor aponta, seguindo de perto as análises de B. F. Hoselitz, a necessidade de se construir para além de modelos gerais, mas a sociologia poderia criar tipologias que abarcassem as “diferentes unidades histórica”, incorporando a variedade de experiências dos países em vias de desenvolvimento. O desenvolvimento, para Echavarría (1959b, p. 15), é uma “consciência generalizada” diante de seu “caráter necessário”, uma tendência mundial do seu tempo. A tarefa dos modelos e tipologias, tanto da

economia quanto da sociologia, era perceber as regularidades marcadas historicamente. O autor se restringe à área da sociologia e afirma:

(...) *La tipología que aquí se postula desde la perspectiva del sociólogo, consistiría en tratar de proyectar las distintas posibilidades del desarrollo sobre la base de determinadas estructuras sociales típicas y a partir de sus distintos niveles históricos bien definidos.* (ECHAVARRÍA, 1959b, p. 26)

Como desempenhar a tarefa de identificar as possibilidades de desenvolvimento periférico a partir de estruturas sociais típicas e historicamente condicionadas? Em termos práticos, Echavarría cumpriu um papel ímpar em tal tarefa; quando esteve a frente da “División de Asuntos Sociales” da CEPAL, e depois no ILPES, que cumpriram um importante papel na produção de conhecimento e de políticas para o desenvolvimento. A vinculação de Echavarría com a temática do desenvolvimento, e ocupando os cargos na CEPAL, deu projeção internacional a este sociólogo. Dois fatos marcam esta projeção de Echavarría na CEPAL e no cenário internacional. Primeiro, este autor foi um dos responsáveis pela coordenação do grupo de trabalho reunido na “Conferencia sobre Aspectos Sociales del Desarrollo Económico de América Latina”⁷, em México D.F., entre 12 e 21 de dezembro, o que demonstra a força da sociologia concreta sobre as análises do desenvolvimento (MARTÍN, 2012, p. 459). Deste grupo de trabalho, resultou na publicação dos dois volumes intitulado *Aspectos sociales del desarrollo económico en América Latina*, edição dirigida por Echavarría e Egbert De Vries. Segundo, Echavarría coordenou o primeiro diagnóstico dos fatores sociais do desenvolvimento produzido em nome da CEPAL, intitulado *El desarrollo social de América Latina en la post-guerra*⁸ (CEPAL, 1963). Este último estudo foi preparado em colaboração com Luis Ratinoff e Enzo Falleto, sendo apresentado no Décimo Período de Sesiones da CEPAL, em 1963, Mar del Plata.

O Décimo Período de Sesiones representou uma importante guinada nas interpretações cepalinas. O livro de Echavarría, *Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico de América Latina* (1964), resulta de um “Documento de trabajo fechado el 10 de febrero de 1963 y presentado en el Décimo período de sesiones de la CEPAL, Mar del Plata, Argentina, mayo de 1963, 165 p. [E/CN. 12/646]”. A obra de referência de Echavarría (1964), central na sociologia do desenvolvimento do autor, refere-se a um posicionamento dele nestas sessões. O Décimo Período marcou a saída de R. Prebisch da direção da instituição e sua subsequente missão na direção do ILPES. Os debates das sessões da CEPAL daquele ano de 1963 foram marcados pela reflexão dos rumos desta instituição (cf. FURTADO, 1997b), e o peso do desenvolvimento social foi sobressalente, modificando os rumos da CEPAL. O documento



produzido sob a direção de Echavarría foi recebido com profundo impacto entre os cepalinos e demonstram a importância estratégica que tinha a defesa da investigação social.

O enfrentamento constante de Echavarría com os métodos de análise de base econômica, abarca uma recepção da sociologia na perspectiva do planejamento, e o dualismo foi um dos principais conceitos a ser ressignificado pelo sociólogo. A publicação do documento de Echavarría se deu no mesmo ano (1963) que o nosso autor assumiu a direção da “División de Planificación Social”, fase de consolidação de sua sociologia do desenvolvimento, onde se constrói no recém-criado ILPES um programa de pesquisa latino-americano, sob a direção de Raúl Prebisch, que deixava a direção da CEPAL para assumir o ILPES. Em torno do trabalho desta divisão está a origem de uma nova geração de intelectuais da CEPAL, como Enzo Faletto, Osvaldo Sunkel, Fernando H. Cardoso, Vilmar Faria, Pedro Paz, José Serra, Francisco Weffort, Hélio Jaguaribe, José Luís Reyna, Rolando Franco, Adolfo Gurrieri, Marshall Wolfe, Aldo Solari e Rolando Franco. Encontra-se também aí os elementos formadores da sociologia do desenvolvimento, lugar de produção da Teoria da Dependência de enorme impacto na região.

Martín (2012) relacionou a posição ocupada por Echavarría na CEPAL com o seu trabalho intelectual, ao dizer:

José Medina asumió la dirección de aquella nueva División de Planificación Social, el 30 de noviembre de 1963. En aquel cargo directivo permaneció hasta el 30 de junio de 1974, fecha de su retiro (Gurrieri, 1980, p. 135). Aquel nombramiento significó varias cosas: supuso la institucionalización de la sociología – y de su enfoque histórico-estructural –; y, desde lo biográfico, personificó asimismo el inicio de una de las etapas de mayor actividad y prestigio de nuestro autor. Lo que hoy es un trabajo común en la CEPAL y en el ILPES tuvo su origen, de modo alguno, en las distintas aportaciones y recomendaciones que presentó el sociólogo español. Pero como decíamos, el reconocimiento de la sociología también era una especie de reconocimiento hacia Medina y hacia el significado que su figura intelectual iba adquiriendo en aquella burocracia. Ya desde sus primeros trabajos desarrollistas se advierte que para él el trabajo del sociólogo – como intelectual- era un trabajo serio y reposado y más aún si se hablaba del desarrollo económico (MARTÍN, 2012, p. 595-596).

Furtado (1997b) ao analisar em sua autobiografia as sessões de Mar del Plata, em 1963, no qual esteve presente enquanto Ministro do Planejamento do governo de João Goulart, publicou o discurso que ele próprio realizou no encerramento das sessões. Podemos verificar através do discurso de Furtado a mudança dos rumos da instituição que marcaram aquele ano de 1963, que se voltou para o tema da integração regional. A perspectiva do documento *El desarrollo social de América Latina en la post-guerra* (1963), além de incorporar os aspectos sociais, amplia a análise para as diversas regiões da

América Latina, modificando a tendência dos documentos anteriores, que centralizavam grande parte das análises na Argentina, Chile, Brasil e México. Furtado afirma:

Havendo detectado as razões da crise (do pós-guerra), aplicou-se a Cepal na preparação dos instrumentos sem os quais não nos teria sido possível atuar eficazmente e abrir novos caminhos. Preparar esses instrumentos significou destruir dogmas que prevaleciam na região, tais a ilusão do desenvolvimento espontâneo e a mística da estabilidade. Havendo crescido, em uma primeira fase, sob o impulso de correntes de comércio exterior, os latino-americanos se habituaram a pensar no desenvolvimento como algo que ocorria independentemente de suas vontades. Graças à CEPAL, descortinou-se a nova visão do desenvolvimento, fruto da vontade política. Também a ela devemos a visão de estabilidade como um meio, que se legitima na medida em que permite lograr maior racionalidade nos processos econômicos. (...) Temos hoje uma percepção de nossa realidade e dispomos dos instrumentos para atuar sobre ela. (...) Não cabe dúvida, a julgar pelos debates que agora encerramos, que o novo ciclo de atividades da CEPAL focalizará, de preferência, o processo de integração regional. Seus novos estudos, para que tenham a eficácia que alcançaram os do passado, deverão ter como referência básica a ideia de que seremos uma economia multinacional, ou não venceremos a barreira do subdesenvolvimento (FURTADO, 1997b, p. 257).

As questões fundamentais para este desenvolvimento do ponto de vista social, Echavarría apontou, e consiste em analisar “las condiciones sociales del desarrollo económico y los efectos sociales de ese mismo desarrollo” (ECHAVARRÍA, 1959c, p. 44). Entre as duas possibilidades de investigação, Echavarría apresentou seu programa weberiano de interpretação do subdesenvolvimento, que marcou a direção dos seus primeiros trabalhos no ILPES em torno da questão do empresário e das elites na América Latina. O autor afirmou:

A las dos cuestiones se aludió ya en diversos momentos, aunque con especial insistencia a la primera. Todo lo que, con distintos giros, se dijo acerca de la actividad económica en sus relaciones con los caracteres y motivaciones humanos y con los usos, tradiciones y vigencias de una sociedad, equivalía a plantear en forma inversa, y a veces puramente descriptiva, el tema que hizo clásico la investigación weberiana con referencia al capitalismo. ¿Cuáles son las condiciones sociales que hacen posible el funcionamiento de este sistema? Reiterar la misma pregunta desde el punto de vista del desarrollo económico de nuestros días supone una tradición de rigurosa precisión conceptual (ECHAVARRÍA, 1959c, p. 44-45).

Estas condições sociais questionadas por Echavarría, que operam no sistema do capitalismo subdesenvolvido, significava uma tarefa pra uma geração. Furtado, entre os economistas cepalinos da primeira geração, foi dos poucos que apontou a interdependência entre os fatores político-sociais e os econômicos, e a relação determinantes entre a democracia e o desenvolvimento. Das temáticas envolvidas nesta amplitude do conceito de desenvolvimento identificamos: a mobilidade social, a

estrutura e estratificação social, a estrutura de emprego, a educação, a habitação, a tensão campo-cidade, os processos de urbanização, a estrutura agrária, as relações de poder, a democracia, a liberdade, as elites e os empresários e o poder popular.

As ciências sociais ganharam espaço no debate sobre o desenvolvimento também a partir da sua institucionalização na América Latina. Os centros de pesquisa em ciências sociais nas universidades latino-americanas possibilitaram a formação de muitos dos quadros que ocuparam as divisões da CEPAL e do ILPES. Apontamos também que os temas ligados às reformas político-sociais foram fortalecidos entre as décadas de 1950 e 1960, por fatores históricos. Os governos de Eduardo Frei no Chile (1964-1970) e de João Goulart (1961-1964) no Brasil contaram com a presença de intelectuais do *establishment* cepalino, como Jorge Ahumada e Furtado respectivamente. A Revolução Cubana também arregimentou alguns economistas da primeira geração cepalina, como Juan Noyola-Vázquez, Regino Boti e Felipe Pazos. A urgência das reformas sociais na América Latina e os golpes subsequentes marcaram o destino dos problemas do subdesenvolvimento.

Referências bibliográficas

BEIGEL, F. A Teoria da Dependência em seu laboratório. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política**, Uberlândia, v. 4, n. 2, p. 72-89, 2014a.

_____. Chile: un centro periférico para la internacionalización de las ciencias sociales latinoamericanas y la construcción de un prestigio académico regional (1953-1973). **Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea**, Córdoba, v. 1, n. 1, Junho, p. 101-105, 2014b.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Uma resenha. In:

_____. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: CEPAL: COFECON: Record, p. 13-68, 2000.

_____. **Pensamento Econômico Brasileiro. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARDOSO, F. H. La originalidad de la copia: la CEPAL y la idea de desarrollo. **Revista de la CEPAL**. Santiago, n. 4, p. 7-40, 1977.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CEPAL. **El desarrollo social de América Latina en la postguerra**. Buenos Aires: Solar- Hachette, 1963.

DI FILIPPO, A. La Escuela Latinoamericana del Desarrollo: tensiones epistemológicas de movimiento fundacional. **Cinta de Moebio**. Santiago, n. 29, p. 124-154, 2007.

ECHAVARRÍA, J. M. **Aspectos sociales del desarrollo económico**. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1959a.

_____. El papel del sociólogo en las tareas del desarrollo económico. In: _____. **Aspectos sociales del desarrollo económico**. Santiago: Editorial Andrés Bello, p. 13-31, 1959b.

_____. Las condiciones sociales del desarrollo económico. In: _____. **Aspectos sociales del desarrollo económico**. Santiago: Editorial Andrés Bello, p. 33-68, 1959c.

_____. **Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico de América Latina**. Buenos Aires: Solar-Hachette, 1964.

_____. La universidad ante el desarrollo económico. _____. **Filosofía, educación y desarrollo**. Cidade do México: Siglo XXI, p. 172-236, 1967a.

_____. Las relaciones entre las instituciones sociales y económicas. In: _____. **Filosofía, educación y desarrollo**. Cidade do México: Siglo XXI, p. 269-309, 1967b.

_____. La planeación en las formas de la racionalidad. In: _____. **Discurso sobre política y planeación**. Cidade do México: Siglo Vientiuno Editores, p. 98-176, 1972.

FALETTO, E. Los temas de democracia y libertad en José Medina Echavarría. Vigencia y contextos. In: CARDOSO, F. H. et al. **Medina Echavarría y la sociología latinoamericana**. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI), p. 127-135, 1982.

FURTADO, C **A economia brasileira**. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

_____. **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____. **Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

_____. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962a.

_____. Política econômica e reformas de base. **Revista de Ciências Econômicas**. São Paulo, Ordem dos Economistas de São Paulo, n. 2, p. 3-11, jun. 1962b.

_____. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

_____. A fantasia organizada. In: _____. **Obra autobiográfica de Celso Furtado**. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, v. 1. p. 87-359, 1997a.

_____. A fantasia desfeita. In: _____. **Obra autobiográfica de Celso Furtado**. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, v. 2. p. 27-306, 1997b.

_____. Os ares do mundo. In: _____. **Obra autobiográfica de Celso Furtado**. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, v. 3. p. 41-370, 1997c.

_____. A luta pelo Nordeste e a estratégia da Sudene (1962). In: _____. **O Nordeste e a saga da Sudene: (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, p. 171-178, 2009.

GABAY, E. El “fantasma” de Prebisch: el ILPES entre 1963 y 1969. **Cuaderno de Ciencias Sociales**, FLACSO, Costa Rica, n. 153, p. 73-97, 2010.

GURRIERI, A. Un perfil intelectual. In: ECHAVARRÍA, J. M. **La obra de José Medina Echavarría**. Selección y estudio preliminar por A. Gurrieri. Madri: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1980.

LIMA, M. C. Uma concepção de mundo em Celso Furtado: ciência e perplexidade. In: LIMA, M. C., DAVID, M. D. **A atualidade do pensamento de Celso Furtado**. São Paulo: Francis, p. 27-41, 2008.

LOVE, J. Ideias e ideologias econômicas na América Latina, c. 1930-c. 1990. In: BETHELL, L. (Org.) **História da América Latina: A América Latina após 1930: Ideias, cultura e sociedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. VIII. p. 161-242, 2011.

MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

_____. **Sociologia sistemática. Uma introdução ao estudo da sociologia**. São Paulo: Pioneira, 1962.

MARTÍN, J. J. M. **José Medina Echavarría: vida y sociología**. Tese de doutorado, Departamento de Sociología V (Teoría Sociológica), Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, 2012.

REZENDE, M. J. (2004a) Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 26, n. 2, p. 239-250, 2004.

SKINNER, Q. Significado y comprensión en la historia de las ideas. **Prismas. Revista de historia intelectual**, n. 4, p. 149-191, 2001.

SOLARI, A.; FRANCO, R.; JUTKOWITZ, J. **Teoría, acción social y desarrollo en América Latina**. Cidade do México: Siglo XXI, 1976.

VIANNA, L. J. W. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: _____. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, p. 195-242, 2004.

VIEIRA, R. M. **Celso Furtado. Reforma, política e ideologia (1950-1964)**. São Paulo: EDUC, 2007.

VIEIRA, W. **A construção da nação no pensamento de Celso Furtado**. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, v. I, 2000.

WOLFE, M. Reflexión crítica sobre desarrollo, racionalidad y planificación. In: CARDOSO, F. H. et al. **Medina Echavarría y la sociología latinoamericana**. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI), p. 89-103, 1982.